

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Caminhoneiros mantêm sinalização de greve dia 29	2
Título: Relator vai elevar de 3% para 10% royalty para exploração mineral	3
Título: Destaques	5
Título: Conselheiro critica Cemig por indicação para Light.....	5
Título: Usiminas estuda nova linha em Ipatinga	7
Título: Alta da dívida impede que gasto com juro caia à mínima histórica	8
Título: Águas do Brasil amplia investimento para 2019.....	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	11
Título: Ação pede R\$ 10 mi por vítima em Minas	11
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	13
Título: Frustração precoce com gestão Bolsonaro retarda retomada da economia	13
Título: Audiência.....	15
VEÍCULO: O Globo.....	16
Título: 'Entre a política e o econômico, o Governo está entre a cruz e a espada'	16
Título: Dedo na tomada	19

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 22/04/2019****Seção: Brasil****Autor: Leila Souza Lima | De São Paulo****Título: Caminhoneiros mantêm sinalização de greve dia 29**

A semana será decisiva para uma possível greve dos caminhoneiros, previamente marcada para o dia 29 deste mês. Integrantes da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (CNTA) serão recebidos hoje pelo ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas. Depois que a Petrobras reajustou o diesel em 4,84% na quinta-feira, lideranças da categoria elevaram o tom da crítica ao governo. Caminhoneiros reclamam que não estão sendo ouvidos.

De acordo com a CNTA, o reajuste do diesel "aumentou ainda mais a tensão instalada na categoria, que carrega desde o ano passado a frustração de não ter a Lei do Piso Mínimo do Frete cumprida".

O caminhoneiro Wanderlei Alves, o Dedeco, de Curitiba, uma das lideranças, disse ontem que só há duas saídas para evitar a greve. "Ou o governo faz valer o piso mínimo em todo o país no prazo máximo de três dias após essa reunião, ou reduz em torno de R\$ 0,50 a R\$ 0,60 o preço do diesel até que o piso comece a valer", disse. A principal fonte de insatisfação é o não cumprimento do piso para o frete, dizem os caminhoneiros. A categoria tentou uma paralisação em 30 de março, mas, com baixa adesão, lideranças decidiram recuar.

Batizado como "Onyx Lorenzone" [sic], em referência ao ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, o novo movimento divide a categoria, já que algumas entidades sindicais identificaram boa vontade no pacote anunciado dia 16 pelo governo.

Na ocasião o governo criou uma linha de crédito de R\$ 30 mil por caminhoneiro para manutenção de veículos e compra de pneus, lançou o um cartão para pagamento prévio de combustível de forma a proteger o motorista de eventuais reajustes mais a liberação de R\$ 2 bilhões para reparo das rodovias federais.

A CNTA consultou sua base de associados - 140 sindicatos, nove federações e uma associação colaborativa - e concluiu que há "insatisfação generalizada".

Caminhoneiros se queixam que as lideranças que negociam com o Planalto não os representam. "Infelizmente o governo tem escutado lideranças que não têm caminhão, não sabem o custo que é ter um caminhão, quanto custa um pneu, quanto se gasta de óleo, não sabem quanto de média faz um caminhão", diz Wanderlei Alves, um dos líderes da categoria.

Nas reuniões com o governo, a categoria vem sendo representada pelo caminhoneiro Wallace Landim, o Chorão, de Catalão (GO). Chorão contaria com a confiança do diretor do Sindicam (sindicato dos autônomos da Baixada Santista e Vale do Ribeira), José Cícero Rodrigues, e do presidente do Sinditac-VR (Volta Redonda e Sul Fluminense), Francisco Wild. Com influência em áreas bastante afetadas pela greve de 2018, ambos garantem que os caminhoneiros dessas regiões não vão aderir a uma greve neste momento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Renan Truffi e Vandson Lima | De Brasília

Título: Relator vai elevar de 3% para 10% royalty para exploração mineral

O relator da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de Brumadinho no Senado, Carlos Viana (PSD-MG), pretende propor em seu relatório final um aumento no imposto conhecido como Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) - espécie de royalty pago pelas mineradoras.

O encaminhamento seria parte de uma série de alterações que visam enquadrar o setor de mineração depois do rompimento da Barragem 1, da Mina Córrego do Feijão, em Minas Gerais. A estrutura da Vale rompeu em 25 de janeiro, deixando mais de 200 mortos.

As propostas da CPI também devem atingir o Código de Mineração e incluem, entre outros pontos, o fim das barragens de rejeitos úmidos em até alguns anos e a intermediação da Agência Nacional de Mineração (ANM) para garantir laudos de estabilidade independentes.

A ideia de mexer na alíquota do Cfem seria uma forma de combater o que Carlos Viana chama de "subtributação" do setor de mineração, em razão da suposta prática de "transfer pricing" por parte da Vale, empresa responsável pela barragem B1. Essa proposta é baseada num estudo de 2017 do Instituto Justiça Fiscal (IJF), que levanta evidências de como as empresas extrativas

aplicam práticas de evasão fiscal e remetem os lucros para territórios com baixa ou nenhuma carga tributária.

Atualmente, a Cfem tem uma alíquota de 3,5% para minério de ferro sobre a receita bruta da venda. O relator cogita aumentar essa faixa para 10%. Para se ter uma ideia, somente em 2018, esse tributo gerou arrecadação de aproximadamente R\$ 3 bilhões, segundo dados da Agência Nacional de Mineração (ANM).

"Se a gente conseguir mudar a tributação da mineração, que está se mostrando subtributada, a CPI vai contribuir muito com a questão do transfer pricing (quando a empresa vende um produto para ela mesma, no exterior, por um preço menor)", afirmou Carlos Viana, em entrevista ao **Valor**.

Outra alternativa avaliada é a cobrança de ICMS sobre exportação de recursos minerais, no âmbito da Lei Kandir, que atualmente recebe isenção nos Estados.

Além disso, o relatório final deve encaminhar uma notificação para que a Agência Nacional de Mineração edite uma portaria com o objetivo de estabelecer um prazo para o fim das barragens de rejeitos úmidos no Brasil. Segundo o senador, nesse caso, as empresas teriam entre dois e quatro anos para substituir as operações por empilhamento a seco, quando não há o uso de água para a disposição de rejeitos de mineração. "Hoje a nossa tendência é caminhar só para o empilhamento a seco. Temos que acertar com a ANM para que as empresas possam terminar (com as barragens de rejeitos úmidos)".

Por fim, outra medida avaliada é a obrigatoriedade de uma intermediação da ANM para a entrega dos laudos de estabilidade. Por lei, as mineradoras têm de entregar ao menos dois laudos desses por ano. O problema é que as próprias mineradoras contratam as empresas de auditoria. Segundo documentos obtidos pela CPI, a investigação do Ministério Público aponta para a possibilidade de que os laudos de estabilidade sobre a barragem B1 tenham sido atestados por receio de que uma das empresas perdesse os contratos com a Vale, ainda que tivesse sido constatado algum risco de rompimento.

Pela proposta estudada na CPI, a ANM contrataria as empresas de auditoria, por meio de procedimento licitatório, e depois faria a cobrança do custo diretamente com as mineradoras. Dessa forma, as empresas não teriam relação direta com os auditores e não poderiam interferir na elaboração dos laudos de estabilidade.

A assessoria de imprensa da Vale negou a prática de "transfer pricing" e informou que os preços de transferência para seu escritório na Suíça "são estritamente regulados pela Receita Federal, sem margem para transferência artificial de lucros para o exterior".

Sobre os laudos de estabilidade investigados, a Vale afirmou que "ao contratar uma empresa de auditoria de renome internacional, como a Tüv Süd", esperava que os auditores tivessem "responsabilidade técnica, independência e autonomia na prestação de seus serviços, (...) privilegiando a segurança acima de tudo".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/04/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Ação contra a Vale

A mineradora Vale começou a sofrer as primeiras ações individuais de familiares de vítimas da tragédia de Brumadinho, em Minas Gerais. A empresa está sendo acionada na Justiça por parentes de uma família que morreu no acidente, um grupo de quatro pessoas que estava hospedado em uma pousada na cidade. Os parentes pedem indenização de R\$ 10 milhões por cada uma das vítimas. Luiz Taliberti Ribeiro da Silva, Camila Taliberti Ribeiro da Silva, Fernanda Damian de Almeida e Lorenzo de Almeida Taliberti estavam reunidos na Pousada Nova Estância quando houve o rompimento da barragem da mineradora. A petição foi apresentada ao juiz da Comarca de Brumadinho, em Minas Gerais pelos advogados Roberto Delmanto Jr. e Paulo Thomas Korte. "A família entende que só uma indenização da ordem de R\$ 10 milhões por vítima fatal, totalizando R\$ 40 milhões no total - através de uma ação reparatória de danos morais - poderia trazer o competente caráter punitivo e educativo à empresa", aponta o documento.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Conselheiro critica Cemig por indicação para Light

O membro independente do conselho de administração da Light Raphael Martins questionou a eventual negociação entre a Cemig, acionista da Light, e

Ana Marta Veloso para a nomeação da executiva como diretora presidente da elétrica fluminense. Segundo ele, o tema deveria ser de competência exclusiva do conselho. E, apesar de ressaltar a qualificação da executiva, o conselheiro destacou que a política de combate a perdas implementada por Ana Veloso em sua última gestão na Light, em 2016 e 2017, foi "altamente deficitária".

Em carta enviada na última semana ao presidente do conselho de administração da Light, Nelson Hübner, a qual o **Valor** teve acesso, Martins afirmou que, se a negociação entre a Cemig e Ana Veloso, revelada pelo site "Brazil Journal" e confirmada pelo **Valor**, for verdadeira, apesar de não confirmada pela companhia mineira, causa desconforto por ser um assunto tratado em esfera incompetente e no âmbito de um acionista que já perdeu status de controlador da companhia. A Cemig possui hoje 49,99% da Light.

"A iniciativa atribuída à Cemig, caso verdadeira, representaria um grave desvio de governança, incompatível com empresas de capital aberto e, em especial, com uma 'corporation', no caso, a Light S.A.", afirmou Martins, no documento. "O conselho de administração deve selecionar o diretor-presidente e aprovar a nomeação dos demais membros da diretoria", completou.

O conselheiro disse ainda ser "inoportuna" a antecipação da discussão sobre a presidência da Light, já que a nova composição do conselho de administração da companhia elétrica será definida apenas no próximo mês, após assembleia de acionistas. Martins é indicado por acionistas para ser reconduzido ao cargo para mais um mandato.

Com relação à gestão anterior de Ana Veloso, Martins afirmou na carta que ela "possui um respeitável currículo que a qualificaria para ser indicada como gestora de uma empresa como a companhia [Light]", mas que é importante avaliar seu histórico como gestora da empresa.

"Neste sentido, não é possível, por um lado, desconsiderar que o principal projeto da gestão da sra. Veloso consistiu na reestruturação da política de combate a perdas; por outro, seu resultado, em poucas palavras, foi desastroso para a companhia", disse o conselheiro, classificando a política como "altamente deficitária, com um impacto relevante no caixa da companhia desde sua implementação".

A carta acirra os ânimos na administração da Light às vésperas da assembleia de acionistas que definirá a nova composição do conselho. O número de vagas será reduzida de onze para nove. O **Valor** apurou que o ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) David Zylberstajn deve ser eleito presidente do colegiado. Sócio-diretor da consultoria DZ Negócios com Energia, ele já foi conselheiro da Light no passado.

Ana Marta Veloso é atualmente integrante do conselho de administração da Enel Distribuição São Paulo (ex-Eletropaulo). O atual diretor-presidente da Light é Luis Fernando Paroli.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/04/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: Usiminas estuda nova linha em Ipatinga

A siderúrgica Usiminas irá enviar ao seu conselho de administração um projeto para a ampliação de sua linha de aços galvanizados em Ipatinga, Minas Gerais. Segundo o presidente da siderúrgica, Sergio Leite, a expectativa é que até o fim do ano o projeto seja aprovado.

"É um projeto no valor de R\$ 1 bilhão. E há demanda para esse tipo de aço. Hoje, operamos três linhas de galvanizados a todo vapor. Se tivéssemos mais uma operando, teríamos mercado", disse Leite.

A nova linha teria capacidade para produzir de 400 mil a 500 mil toneladas por ano, o que deixaria a Usiminas com uma capacidade total de 1,8 milhão de toneladas anuais. "Se aprovado pelo conselho, os desembolsos devem acontecer no ano que vem e a nova linha entra em operação em 2022. É um projeto dentro do nosso plano de investir no nosso negócio, no que temos expertise, siderurgia", acrescentou o executivo.

Outro projeto que a companhia analisa é a reativação da usina de Cubatão. Mas isso, ressaltou Leite, dependerá da melhora da conjuntura econômica. "Em 2014, tivemos que desligar os altos-fornos de Cubatão por causa da crise econômica. Mas, acreditamos que o país está numa rota de crescimento e, nos próximos anos, podemos ver uma elevação do PIB [Produto Interno Bruto] de 5%."

Segundo o executivo, reativar Cubatão exigiria um investimento de mais R\$ 1 bilhão. "Lá há capacidade para 4 milhões de toneladas por ano. Mas, claro que a produção não seria essa no primeiro momento. Acredito que por volta de 1 milhão a 1,2 milhão de toneladas de placas. A economia demandará isso nos próximos anos. Estamos confiantes na retomada do crescimento econômico."

Leite acrescentou ainda que a venda de participação da companhia na Mineração Usiminas (Musa) deve acontecer até o fim deste ano. A empresa detém 70% do negócio e a japonesa Sumitomo tem os outros 30%. O banco BTG Pactual já foi contratado como assessor. "Essa negociação segue normalmente. A próxima etapa é ir ao mercado e ver os interessados. Vamos concluir essa operação até o fim deste ano. Queremos focar na produção de aço. O nosso foco sempre foi a siderurgia", afirmou Leite.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 22/04/2019

Seção: Brasil

Autor: Estevão Taiar | De São Paulo

Título: Alta da dívida impede que gasto com juro caia à mínima histórica

A taxa básica de juros (Selic) chegou ao menor nível já registrado, mas o forte crescimento da dívida pública e o fraco nível de atividade econômica impediram que a queda do custo para o governo com pagamento líquido de juros também chegasse aos mínimos históricos. Em fevereiro deste ano o pagamento líquido de juros atingiu 5,42% do Produto Interno Bruto (PIB). O número representa recuo em relação ao pico de 8,99% registrado em janeiro de 2016, mas ainda está acima do nível visto entre dezembro de 2011 e janeiro de 2015, quando esse tipo de despesa ficou abaixo dos 5% em diversos meses.

"O controle da dívida pública é importante porque seu crescimento resulta em uma política absolutamente regressiva", diz Manoel Pires, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Segundo ele, o custo financeiro da dívida "pode ser elevado mesmo com uma taxa de juros mais baixa".

O pagamento líquido de juros equivale à diferença entre tudo o que o governo despende com juros e tudo o que arrecada de juros. A soma dessa medida com o déficit primário corresponde ao déficit nominal, indicador mais importante para evolução da dívida pública.

A dívida bruta do governo geral iniciou em 2013 uma escalada, causada pela volta dos déficits primários e pela desaceleração da atividade econômica. Em pouco mais de cinco anos, a relação dívida bruta/PIB passou da casa dos 51% para aproximadamente 77%. Para efeito de ilustração, uma mesma taxa hipotética de juros anual de 10% para esses dois patamares de dívida custaria 5,1% e 7,7% do PIB, respectivamente. É esse movimento que impede que a queda da Selic se reflita em um recuo maior do pagamento líquido de juros.

Depois de passar mais de um ano em 14,25%, a Selic começou a cair em meados de 2016, atingindo no começo do ano passado 6,5%, o nível mais baixo da história. Ainda assim, apesar da pressão exercida pelo crescimento da dívida, o saldo da queda dos juros é positivo para as contas públicas. "É onde o ajuste fiscal está sendo feito, de certa forma", diz Pires, a respeito da queda da Selic e do pagamento líquido de juros. "O governo não consegue aprovar as reformas, então essa redução acaba aliviando do outro lado."

Ele destaca que, "a despeito do pagamento [líquido] de juros não ter caído para as mínimas históricas, o fato é que as projeções de dívida melhoraram bastante" desde 2017. Entre meados do ano retrasado e o início de 2019, as estimativas da relação dívida bruta/PIB para 2023 caíram de 92,4% para 82,7%, segundo a Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão de monitoramento das contas públicas ligado ao Senado. "A queda dos juros tem mais do que compensado a frustração de crescimento", diz.

Pires também chama a atenção positivamente para a devolução dos recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ao Tesouro Nacional prevista para este ano, que somam R\$ 126 bilhões (1,7% do PIB). Essa quantia é obrigatoriamente direcionada para o abatimento da dívida. "Você compra tempo para fazer um ajuste mais estrutural", diz.

Na semana passada, o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, já havia dito que a devolução dos recursos do BNDES e o bônus de assinatura do leilão da cessão onerosa podem estabilizar a relação dívida bruta/PIB neste ano, mesmo com a União ainda registrando um déficit primário.

"Não é algo recorrente, mas é muito positivo", afirmou. Se a entrada desses recursos se confirmar, "ganhamos tempo" para dar continuidade ao ajuste fiscal estrutural, começando pela reforma da Previdência, de acordo com Mansueto. A União deve receber aproximadamente R\$ 74 bilhões (cerca de 1% do PIB) pela cessão onerosa, ainda que parte dessa quantia seja dividida com Estados e municípios. Sem essas duas fontes de recursos, a estimativa do secretário é que a dívida bruta termine o ano em torno de 79% do PIB.

Em relação ao pagamento líquido de juros, a tendência de curto prazo é de uma pequena queda, segundo Pires. Os dados referentes a março, que serão divulgados neste mês, devem mostrar os efeitos do último corte da Selic promovido pelo Banco Central em março do ano passado, já que o pagamento líquido é uma medida acumulada em 12 meses. Assim, novas quedas da taxa básica de juros, se confirmadas, "demorariam um ano para serem plenamente sentidas".

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 22/04/2019****Seção: Empresas****Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo****Título: Águas do Brasil amplia investimento para 2019**

A Saneamento Ambiental Águas do Brasil vai expandir os investimentos neste ano em tratamento de esgoto em suas 13 concessões municipais que opera. A companhia planeja aplicar R\$ 270 milhões, valor 17% superior aos aportes destinados à operação no ano passado, quando foram aplicados R\$ 230 milhões.

O diretor comercial da empresa, Carlos Eduardo Castro, disse ao **Valor** que entre 55% a 60% dos recursos serão destinados para coleta e tratamento de esgoto e 15% para aumento da eficiência para reduzir as perdas de água no sistema.

"O orçamento do Ministério do Desenvolvimento Regional para este ano em coleta e tratamento de esgoto é em torno de R\$ 360 milhões no país. Estamos focados no aumento da eficiência por isso vamos investir em tecnologia e automação, principalmente para reduzir as perdas de água no grupo, que hoje chega a 30%. Nossa meta é chegar em 2022 com percentual de 15% de perdas", afirmou.

Com esses investimentos e novas concessões que devem ser abertas no país, a Águas do Brasil estima aumentar sua receita em 10% neste ano. Em 2018, o faturamento do grupo alcançou R\$ 1,4 bilhão, valor 4,5% maior que o ano anterior. Já o lucro antes juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) totalizou R\$ 504 milhões e o lucro líquido alcançou R\$ 270 milhões.

A margem Ebitda chegou a 45,4%, acréscimo de 12,6 pontos percentuais em relação ao apurado em 2017. Segundo o executivo, a margem foi sustentada principalmente pela captura de eficiências operacionais. A dívida líquida consolidada era de R\$ 509 milhões.

"Há poucas concessões abertas atualmente. Estamos participando da licitação em Orlândia (SP). A abertura das propostas deve acontecer em maio. Esse mercado poderá crescer mais rapidamente com a publicação do marco regulatório. Sem isso, os municípios vão continuar crescendo a passos de tartaruga", ressaltou Castro.

O texto final da Medida Provisória 868, que trará as regras para o setor de saneamento, deve ser apresentado amanhã na comissão mista do Congresso.

Entre as propostas em estudo está a criação de microrregiões para agrupar municípios viáveis com outros com mais dificuldade de investimento. "Esse mercado precisa de competição, caso contrário, a população está fadada a viver com o esgoto na porta de casa."

Castro adiantou, ainda, que a empresa está auxiliando a Vale no desenvolvimento do projeto para captação de água para o abastecimento da cidade de Pará de Minas (MG). A Águas do Brasil é a concessionária de água e esgoto da cidade desde 2015 e aplicou R\$ 35 milhões no sistema de captação de água do rio Paraopeba. Com o rompimento da barragem da Mina de Córrego de Feijão, em Brumadinho, que atingiu o rio Paraopeba, em 25 de janeiro deste ano, o município ficou com o abastecimento comprometido.

"A Vale vai investir R\$ 90 milhões para construir um novo sistema de captação de água para a cidade que deverá estar pronto até abril de 2020. Mas até lá [conclusão da obra], ela [Vale] estruturou um plano emergencial para o abastecimento da cidade. O nosso sistema tinha capacidade de captação de 284 litros por segundo e isso resolveu o problema de Pará de Minas. A Vale tem que fornecer a mesma quantidade que fornecíamos", afirmou Castro.

Segundo o executivo, o novo sistema de captação do município será feito pelo rio Pará, há 50 quilômetros de Pará de Minas. "É uma situação bem desafiadora, porque tivemos que trabalhar com situações que estavam fora do previsto. Foram reativados poços artesianos, a população está sendo atendida por carros pipa e pela antiga adutora."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 22/04/2019

Seção: Metrópole

Autor: Paula Felix

Título: Ação pede R\$ 10 mi por vítima em Minas

Caso se refere a quatro familiares mortos em pousada soterrada em Brumadinho

Parentes de uma família que morreu quando estava na Pousada Nova Estância, soterrada no rompimento da barragem da Vale em Brumadinho (MG), em janeiro deste ano, entraram na Justiça contra a mineradora solicitando indenização de R\$ 10 milhões por familiar morto e que a empresa peça desculpas às vítimas. A empresa disse que ainda não foi intimada. A ação, que pede no total R\$ 40 milhões, foi movida pelos familiares dos irmãos Camila e Luiz Taliberti Ribeiro da Silva, e de Fernanda Damian de Almeida, mulher de

Luiz, grávida de cinco meses; o bebê, que se chamaria Lorenzo, também está incluído na ação.

A família estava acompanhada do pai e da madrasta dos irmãos na pousada. A tragédia contabiliza 231 mortos e 41 desaparecidos, segundo o último balanço da Defesa Civil. "Nosso objetivo é lutar por uma mudança nos parâmetros indenizatórios por morte praticados no Brasil, que são vergonhosos. A Vale teve lucros superiores a R\$ 25 bilhões no ano passado e quer pagar R\$ 300 mil, R\$ 500 mil por vida. A própria Vale fez um estudo de quanto valeria a vida humana e estipulou US\$ 2,6 milhões, que dá pouco mais de R\$ 10 milhões", diz o advogado Roberto Delmanto Junior. Além da indenização, a ação solicita que a Vale mantenha uma foto das vítimas na entrada de todas as unidades da empresa no Brasil e no exterior com a inscrição: "A vida vale mais do que o lucro.

Camila, Fernanda, Lorenzo e Luiz, desculpem-nos por tirar-lhes as suas vidas". "Também pedimos que, em todas as assembleias de acionistas da empresa, seja feito um minuto de silêncio e que o presidente solicite que todos fiquem em pé. Isso é uma questão ética e de reconforto moral para as famílias", diz o advogado. Delmanto Junior trabalhou na ação com o advogado Paulo Thomas Korte. Com a ação, espera que os demais familiares de mortos no desastre busquem indenizações e não acordos. "Muitas aceitam acordos porque necessitam do dinheiro ou acham que o processo vai demorar, mas estamos falando de vidas humanas. Estamos preparados para esperar. Queremos justiça", diz.

Ele afirma que, se ganhar a causa, a família pretende abrir uma fundação com parte do valor. Outro lado. A Vale informou não ter sido "intimada ou citada para os termos da referida ação". Disse que, no último dia 8, assinou um Termo de Compromisso com a Defensoria Pública para que pessoas atingidas pelo rompimento da barragem possam fazer acordos individuais ou coletivos para buscar indenização por danos morais e materiais. A mineradora disse que, até 12 de abril, 272 famílias de vítimas em Brumadinho receberam doação no valor de R\$ 100 mil da empresa. Indenizações emergenciais foram pagas a 12.400 moradores de Brumadinho, Mário Campos e São Joaquim de Bicas. A Vale não informou o valor de indenização por vítima fatal e disse que os US\$ 2,6 milhões citados na ação "são extraídos de um documento sem eficácia jurídica, baseado em cenário hipotético e dissociado de situações concretas".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 22/04/2019****Seção: Mercado****Autor: Flavia Lima e Ivan Martínez-Vargas****Título: Frustração precoce com gestão Bolsonaro retarda retomada da economia**

Para analistas e empresários, incertezas e riscos para a política econômica minam a confiança e represam os investimentos

A economia brasileira caminha para registrar mais um ano perdido. Ao menos é essa a visão dos especialistas, caso o crescimento fique mesmo próximo de 1%, como indica a onda de revisões feitas por instituições financeiras nas últimas semanas.

Economistas ouvidos pela Folha falam em crescimento medíocre ou frustrante, levado por um novo componente: os riscos ligados à política econômica.

“Qualquer crescimento mais próximo de 1% representa um ano perdido e traz uma sensação muito próxima ao de uma parada súbita”, diz Silvia Matos, pesquisadora do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia) da Fundação Getulio Vargas.

O governo, afirma a economista, precisa criar um ambiente favorável ao investimento, reduzir a incerteza política e — fato inesperado, que não estava no radar dos especialistas há algumas semanas — evitar riscos à política econômica.

“Qual vai ser o preço do diesel? A reforma sai quando?”, questiona Matos para exemplificar as preocupações que despontam.

Coordenadora do boletim de macroeconomia da instituição, Matos prevê crescimento econômico entre 1,5% e 2% em 2019, mas avisa: o risco é para baixo. Segundo a economista, crescer 1% em 2018 foi compreensível, considerando a baixa popularidade de Michel Temer, a paralisação dos caminhoneiros, o mau humor externo em relação aos emergentes e o turbulento processo eleitoral. “Repetir isso em 2019 é inaceitável. Não há o que culpar.” Os indicadores econômicos já conhecidos não são bons.

A indústria patina influenciada pelo efeito da crise argentina sobre o setor automotivo somado a uma piora da demanda interna identificada a partir março.

Nas contas do Ibre, um indicador importante do apetite por investimentos que mede a demanda por máquinas e equipamentos deve crescer apenas 1% no primeiro trimestre sobre igual período de 2018 — algo pífio diante da queda acumulada de cerca de 30% do investimento na economia durante a recessão.

Essa falta de ânimo para investimentos se traduz em fraqueza do emprego, cuja reação ainda se dá pela informalidade. Mesmo as vagas formais geradas no mercado de trabalho, medidas pelo Caged, vêm basicamente do setor de serviços, que paga menores salários.

Economistas até esperam que o consumo das famílias cresça um pouco acima do PIB em 2019, em razão dos juros mais baixos e da lenta retomada do crédito, mas em ritmo insuficiente para fazer girar com mais força a economia.

A percepção é que o otimismo, que deu o tom na virada do ano, se reverte de modo profundo e rapidamente.

Samuel Pessôa, sócio da consultoria Reliance, pesquisador da FGV e colunista da Folha, afirma que houve frustração precoce com o governo de Jair Bolsonaro porque se imaginava que a reforma da Previdência seria encaminhada rapidamente e o país voltaria a andar.

“A política é muito ruim, o que não é de surpreender, porque Bolsonaro avisou. Ele não entende que um governo de coalização compartilha poder para negociar um projeto de país”, diz Pessôa.

Assustam muito, afirma o economista, os sinais de fraqueza dados por um governo recém-empossado.

“Se no começo de mandato ele não consegue controlar grupos de pressão, o resultado é que todo o mundo vai querer tirar uma casquinha”, diz.

“Temos um governo com sinais muito ambíguos”, diz Marcos Lisboa, presidente do Insper e também colunista da Folha. “Ele aprovou benefícios para a Sudam e a Sudene [autarquias de desenvolvimento regional], restrição ao comércio de leite e de banana, regras de conteúdo nacional. Que agenda liberal é essa?” Outro exemplo dúbio, afirma Lisboa, foram as idas e vindas em relação ao preço do diesel.

“Foi um ruído desnecessário que revela falta de conhecimento das práticas de gestão de uma empresa estatal.” A falta de organização de uma agenda econômica capaz de dar origem a um crescimento sustentado, diz ele, causa até pena. “O que veio foi na contramão de uma agenda de crescimento. Foi restabelecer o governo Dilma”, diz.

Da parte dos empresários, o desconforto se reflete nos principais indicadores de confiança da FGV. Após uma recuperação na virada do ano, o sinal se inverteu de forma generalizada. Os indicadores da instituição apontam queda na confiança na indústria, no comércio, no setor de serviços e até entre consumidores.

Guilherme Leal, da Natura, vê preocupação com a articulação entre Executivo e Legislativo. “Não é a melhor, para ser bastante diplomático.”

A queda da confiança ocorre em razão da imaturidade do governo, diz Júlio Cesar Lobato, presidente do grupo Trasmontano. Para Lobato, o mais preocupante são as intervenções na economia.

“Paulo Guedes aguenta isso até onde? O casamento vai até quando? Se ele sai, acaba de vez o governo.”

Para Caito Maia, presidente da Chilli Beans, existia uma expectativa de que o governo poderia ter feito mais coisas no início do ano. “Mas minha expectativa nunca foi que eu ia arrepiar neste ano, sempre foi a de que seria melhor que o ano passado, e deve ser. Sigo otimista”, afirma.

Carlos Santa Cruz, presidente da fabricante de embalagens Bemis América Latina, aponta a desaceleração do mercado em março, mas se diz ainda otimista.

“Depende muito do foco do governo como um todo.”

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 22/04/2019

Seção: Editorial

Autor: Joana Cunha

Título: Audiência

Painel S.A.

A instituição, que já recebe repasses das pastas de Ciência e Tecnologia, Educação e Saúde, também tem conversado com os **ministérios de Minas e Energia**, Defesa e Meio Ambiente, segundo o diretor-presidente, Jorge Guimarães. Cerca de R\$ 150 milhões já estão garantidos para este ano, diz ele.

VEÍCULO: O Globo**Data: 22/04/2019****Seção: Economia****Autor: JUSSARA SOARES BRASÍLIA****Título: 'Entre a política e o econômico, o Governo está entre a cruz e a espada'**

ENTREVISTA

Carlos Alberto dos Santos Cruz / ministro-chefe da Secretaria de Governo

Ministro reconhece que é preciso levar em consideração necessidades dos caminhoneiros, mas ressalta que "carga de sacrifícios tem que ser da responsabilidade de todos"

Na avaliação do ministro-chefe da Secretaria de Governo (Segov), Carlos Alberto dos Santos Cruz, o governo Jair Bolsonaro está "entre a cruz e a espada" na negociação com os caminhoneiros, entre uma decisão política que pode evitar uma paralisação do transporte de cargas no país e o limite econômico. Em entrevista ao GLOBO, o ministro defende que cabe agora à categoria entender as restrições matemáticas do Executivo para atender todas as reivindicações. Santos Cruz ganhou espaço no Planalto e, nos bastidores, já é apontando em pé de igualdade com o ministro Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional, em relação à confiança de que desfruta com o presidente.

Por outro lado, desperta críticas de integrantes da ala ideológica ligados ao escritor Olavo de Carvalho. Para o ministro, o fanatismo pode atrapalhar o governo.

Na última semana, o governo anunciou várias medidas para os caminhoneiros, após suspender por alguns dias o aumento do diesel. Como o senhor tem acompanhado essa negociação?

O governo precisa entender os segmentos sociais, no caso um segmento importante que é o de transporte de cargas, mas o setor também tem de entender a conjuntura em que vive, que não é isolada da conjuntura nacional. Toda essa carga de sacrifícios tem que ser da responsabilidade de todos. Os caminhoneiros são trabalhadores, as condições de transporte de carga no Brasil são difíceis, é um trabalho desgastante e honroso que move uma grande parte da economia do Brasil. Tem problemas, e o governo tem de procurar ajudar na solução, mas a categoria também tem de entender que isso tudo existe dentro dos limites do contexto econômico, de legislação, que precisa ser entendido também.

O governo tem limite para atuar na política de preços da Petrobras?

Claro. Os limites do governo são matemáticos. Não tenho os números todos na minha cabeça, mas o 0,1% que você mexe no valor de frete, no valor do combustível, acaba tendo um impacto. O resumo de tudo isso é matemático. Agora, as decisões também são políticas. E o governo fica sempre entre a decisão política e o limite econômico, está sempre entre a cruz e a espada.

A possibilidade de greve, levantada por alguns líderes da categoria, segue monitorada permanentemente pelo governo?

Falar em paralisação tem que ser feito com muita responsabilidade. Ninguém é contra a liberdade de expressão, de associação, isso é fundamental. Os sindicatos existentes, a dinâmica, o jogo de pressão, é assim que funciona um país. A democracia funciona assim, mas é preciso ter responsabilidade.

Como o senhor tem contribuído para a aprovação da reforma da Previdência?

Eu não atuo diretamente, não vou lá pedir votos. O pessoal tem de entender que o governo de um país funciona pela harmonia dos Poderes. Não é só o Executivo que quer a modificação nas regras da Previdência, é um erro a gente achar que o Executivo quer e o Legislativo não. O Executivo tem a obrigação de cuidar do Orçamento, das contas, tem de explicar a necessidade da modificação das regras para os parlamentares, mas a responsabilidade é de todo mundo, não é só do Executivo.

A votação da reforma da Previdência na Comissão de Constituição e Justiça foi adiada na Câmara. O governo não vê isso como uma derrota?

Na cúpula do governo, essa parte política tem setores que acompanham e, em termos ministeriais, quem cuida é o Onyx Lorenzoni (chefe da Casa Civil), e eu auxílio. Vejo tudo com muita normalidade. Em primeiro lugar, você tem que respeitar as decisões que acontecem na Câmara. Não é questão só de ganhar. Não é um jogo. Às vezes não foi exatamente como você queria, mas daí para ser uma derrota é diferente. A Câmara tem uma variedade de pessoas, de interesses, de partidos, de bancadas. Tudo isso entra em jogo, e uma análise de qualquer acontecimento dentro da Câmara tem que ser muito mais profunda do que simplesmente identificar como derrota ou vitória.

O governo estuda liberar emendas discricionárias para conquistar o apoio para a aprovação da reforma da Previdência?

A aprovação da Previdência não está ligada diretamente à aprovação de recursos, mas é normal, em qualquer lugar do mundo, auxiliar a base política, aqueles que estão alinhados política e administrativamente com o governo. Há também as emendas impositivas destinadas para muitos parlamentares de oposição, com recursos já liberados, inclusive.

Quanto o governo deve liberar em emendas, e quais serão os critérios técnicos para fazer a destinação?

Não sei o valor exato, ainda não conversamos nos detalhes. Tem que analisar não só o que se ouve dos parlamentares, mas ver aparte da política pública. Há obras inacabadas. Nós tivemos, no Brasil, uma falta de responsabilidade, foram deixadas milhares e milhares de obras inacabadas, então uma política pública é concluir. Tudo o que se fizer estará dentro um raciocínio lógico de política pública.

Existe um prazo para a liberação?

Ainda não foi discutido, o normal é uma conclusão a médio prazo.

O senhor passou a ser procurado por muitos parlamentares que buscam uma interlocução com o governo. Quais têm sido as principais demandas?

A grande massa tem como motivação o relacionamento do Executivo com o Legislativo. Não é todo mundo que vai conversar que solicita alguma coisa. Algumas coisas são relativas a emendas parlamentares, obras que estão em andamento e precisam ser concluídas. É o trabalho do parlamentar alertar o governo sobre o que precisa ser feito, e nossa obrigação é nos interessarmos pelo que o parlamentar fala. O Executivo não está presente em todos os lugares do Brasil, quem está presente são os deputados. O Brasil pegou a sensação negativa de que se negociam benefícios pessoais. Isso simplesmente não existe. Recebemos demandas para atender à população, e isso é absolutamente válido e está dentro da normalidade do trabalho do parlamentar.

Integrantes da ala ideológica consideraram uma derrota pessoal do senhor a saída do embaixador Mário Vilalva do comando da Apex; a nomeação de Abraham Weintraub para o Ministério de Educação; e a de Fábio Wajngarten para chefiar a Secretaria de Comunicação. Como vê essa indisposição desse grupo ao senhor?

Para mim, é novidade. Não sabia que alguém tinha essa rivalidade comigo, eu não tenho rivalidade com ninguém. Não conto isso como derrota porque não estava empenhado em ter vitória. Por exemplo, a substituição do Floriano (Amorim) pelo Fábio (Wajngarten) foi uma diretriz direta do presidente. Na administração pública existe substituição, e isso não significa que o outro estava fazendo tudo errado. É preferência da autoridade. Abraham na Educação foi uma escolha do presidente. Espero que ele vá maravilhosamente bem no Ministério da Educação, que está precisando de um oxigênio forte. Felicidades para ele, não tem nada de derrota.

E o embaixador Vilalva?

Vilalva é um embaixador de altíssima qualidade. O comportamento dos nossos diplomatas é respeitado no mundo inteiro, e o Vilalva faz parte desse quadro de primeira linha do Itamaraty. Eu desejava que ele permanecesse na Apex pela qualidade dele. Vamos ver quem vai substituí-lo, qual o perfil, as motivações disso eu não vou comentar. O embaixador merece todo o nosso respeito, e lastimei pessoalmente a saída dele da Apex. Administrativamente, vamos ver se a Apex encontra também o seu caminho.

Existe de fato no governo uma ala ideológica e uma ala militar?

Para mim, não faz sentido algum. Nunca percebi no governo que exista uma ala militar, um time militar coordenado. A ala ideológica tem, em toda a política nacional tem. A eleição mostrou, e o andamento nos últimos 15,16 anos de governo tinha muita gente ideológica. A ideologia de esquerda foi um câncer no Brasil da maneira como foi feita. O problema é o extremismo, é o fanatismo. Quando você fanatiza perde qualquer capacidade de análise. O problema não é ter gente de direita, gente de esquerda. A filosofia e ideias você pode discutir, o que eu condeno é o fanatismo, seja ele de um lado, seja ele do outro.

O governo Bolsonaro precisa se blindar do fanatismo?

Acho que o fanatismo atrapalha. Seja de direita ou de esquerda, acaba atrapalhando. Quando um governo é de direita, como é o caso, não tem problema nenhum ser de direita. Pelo contrário, está resgatando no Brasil uma coisa que é a honestidade com os recursos públicos, é o principal, mas você tem os fanáticos que acham que podem influir de maneira radical, e aí atrapalha o todo.

VEÍCULO: O Globo

Data: 22/04/2019

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Goes

Título: Dedo na tomada

Nos próximos dez dias haverá alterações importantes nas diretorias das subsidiárias da Eletrobras — e também na nave mãe. Todos os novos nomes, com base em critérios técnicos, foram aprovados previamente pelo comitê de elegibilidade da Eletrobras.

MME / ASCOM .